

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Processo SEI nº 2100.01.0033219/2023-52

Nº do documento SEI: 114431884

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM -, no uso de suas atribuições, e com base no inciso I, do artigo 14 da Lei nº Estadual 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e nos termos do artigo 29 do Decreto Estadual nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, concede à empresa abaixo relacionada a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	NÚMERO DO PROCESSO DE AIA	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
Intervenção Ambiental	2100.01.0033219/2023-52	FEAM/DGR
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL		
Nome: IFG - Indústria de Ferro Gusa Ltda.		CNPJ: 41.793.902/0001-00
Endereço: Rodovia BR 040, Km 461		Bairro: Zona Rural
Município: Sete Lagoas	UF: MG	CEP: 35.701-970
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL		
Nome: IFG - Indústria de Ferro Gusa Ltda.		CNPJ: 41.793.902/0001-00
Endereço: Rodovia BR 040, Km 461		Bairro: Zona Rural
Município: Sete Lagoas	UF: MG	CEP: 35.420-000
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL		
Denominação: Fazenda da Gineta		Área Total: 39,7641 (ha)

Registro nº: 1.017		Município/Distrito: Sete Lagoas/MG														
Coordenada Plana (UTM): X: 569235.61 / Y: 7852585.52		Datum: SIRGAS 2000	Fuso: 23K													
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural:		(CAR): MG-3167202-4D2A.E5C9.B1EE.4E4D.9FEB.18A5.682F.C407														
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA																
Tipo de Intervenção:	Quantidade:	Un														
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas.	1,23	ha														
	171	Indivíduos														
5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA																
Uso a ser dado à área	Especificação	Área (ha)														
Silvicultura		1,66														
6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(s) ÁREA(s) AUTORIZADA (s) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL																
Bioma / Transição entre Biomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber	Área (ha)												
Cerrado	1,23	Árvores isoladas em Pastagem	-	1,23												
7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO																
<table><tr><th>Produto/Subproduto</th><th>Especificação</th><th>Quantidade</th><th>Unidade</th></tr><tr><td>Lenha</td><td>de floresta nativa</td><td>21,20</td><td>m³</td></tr><tr><td>Madeira</td><td>de floresta nativa</td><td>8,46</td><td>m³</td></tr></table>					Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade	Lenha	de floresta nativa	21,20	m³	Madeira	de floresta nativa	8,46	m³
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade													
Lenha	de floresta nativa	21,20	m³													
Madeira	de floresta nativa	8,46	m³													
8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA																
Ludmila Ladeira Alves de Brito - Masp: 1.482.930-3. Kamila Borges Alves - Masp: 1.151.726-51. Edylene Marota Guimarães - Masp: 1.147.266-9 Data da Vistoria: 19/06/2024.																
9. VALIDADE																

Data de Emissão: 26/05/2025. Validade: 10 (dez) anos, com vencimento em 24/04/2035.	Observações: ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DO CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL E DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.
--	--

10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA

Tipo de intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Planta (UTM)	
			X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas.	SIRGAS 2000	23K	569235.61	7852585.52

11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)

As medidas mitigadoras e compensatórias decorrentes dessa intervenção ambiental estão dispostas no Laudo Técnico Final 024/2025 (Id. 111076081), ratificado pelo Parecer nº 33/FEAM/DGR - PROJETO/2025 (Id. 111090779).

CONDICIONANTES:

Nº	Condicionantes	Prazo
1.	Executar programa de automonitoramento conforme Anexo II deste laudo. Constatada alguma não conformidade no programa de automonitoramento, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da DN COPAM nº 165/2011, acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle aplicável.	Após o início da operação, durante toda a vigência da licença.
2.	Comunicar o órgão ambiental a data de início da implantação do empreendimento.	Em até 15 (quinze) dias antes do início da instalação do empreendimento.
3.	Apresentar o Programa de Comunicação Social, em nível executivo, em estreita relação com todas as ações previstas no cronograma do empreendimento e executar imediatamente após protocolo.	90 (noventa) dias.
4.	Enviar relatórios técnicos e fotográficos comprovando a execução do Programa de Comunicação Social.	Semestralmente.
5.	Apresentar PEA revisado, com a inclusão de diagnóstico socioeconômico na AID e a proposição de medidas mitigadoras, abordando os seguintes aspectos: bairros/comunidades localizadas no entorno e natureza da ocupação – moradia, comércio, indústria, uso misto; principais características dos moradores/ famílias que residem e/ou frequentam o local, uso e ocupação do solo, equipamentos públicos, vias de acesso (estradas, vias internas), entre outros atributos relevantes.	180 (cento e oitenta) dias.

6.	Executar o Programa de Educação Ambiental conforme DN COPAM nº 214/2017 apresentando Formulário de Acompanhamento, a ser apresentado até trinta dias após o final do segundo semestre de cada ano de execução do PEA, a contar do início da implementação do Programa. Obs.: as revisões, complementações e atualizações do PEA, a serem apresentadas em atendimento à condicionante 06 e nos casos previstos nos §§ 3º e 6º do art. 6º e no art. 15 da DN COPAM nº 214/2017, deverão ser comunicadas previamente pelo empreendedor e aprovadas pelo órgão ambiental licenciador, sendo que, até a referida aprovação, o empreendedor poderá executá-las conforme comunicadas, a contar da data do protocolo, sem prejuízo de eventuais adequações ou correções necessárias que possam ser solicitadas posteriormente pelo órgão ambiental licenciador.	Anualmente.
7.	Apresentar Relatório de Acompanhamento do PEA anualmente, até trinta dias após o final do segundo semestre de cada ano de execução do PEA, a contar do início da implementação do Programa.	Anualmente.
8.	Apresentar relatório técnico fotográfico, comprovando a instalação dos poços de monitoramento da água subterrânea.	Até 180 (cento e oitenta) dias.
9.	Apresentar anuência da Prefeitura de Sete Lagoas, antes da implantação da tubulação de adutora, cuja tubulação passará na faixa de servidão de via municipal. Na anuência deverá conter mapa com a indicação do local de autorização, de modo a comprovar que se trata do local licenciado, além do ponto de coordenada central do traçado da adutora.	Antes da implantação da adutora.
10.	Apresentar ao Núcleo de Monitoramento da Qualidade do Ar e Emissões Atmosféricas - NQA / SEMAD, o Plano de Monitoramento da Qualidade do Ar - PMQAR -, protocolando nos autos do processo de licenciamento ambiental documento comprobatório da formalização, que deverá conter os seguintes itens. a) inventário das fontes atmosféricas do empreendimento; b) modelagem atmosférica (com o modelo AERMOD) e descrição do resultado com avaliação da qualidade do ar da área de influência do empreendimento; Para elaboração do PMQAR deverão ser seguidas as diretrizes da Nota Técnica Gesar vigente, referente às “Orientações Técnicas para a elaboração de um Estudo de Dispersão Atmosférica”, disponibilizada no sítio eletrônico da FEAM. http://www.feam.br/noticias/1/1332-emissao-fontes-fixas .	120 (cento e vinte) dias.
11.	Realizar monitoramento de qualidade do ar, se necessário, conforme definido pelo Núcleo de Monitoramento da Qualidade do Ar e Emissões Atmosféricas - NQA / SEMAD, mediante a conclusão da análise do PMQAR.	Conforme estipulado pelo Núcleo de Monitoramento da Qualidade do Ar e Emissões Atmosféricas - NQA / SEMAD.
12.	Apresentar laudo técnico atestando as condições operacionais de todos os equipamentos/sistemas de controle ambiental atmosféricos a serem utilizados na operação do Alto-Forno 02.	Antes do início da operação.
13.	Garantir o funcionamento ininterrupto das medidas de controle de emissões atmosféricas durante a operação das unidades.	Durante a vigência da licença.

14.	Apresentar a forma de comprovação do funcionamento ininterrupto das medidas de controle de emissões atmosféricas, iniciando sua aplicação imediatamente após seu protocolo junto a órgão ambiental.	120 (cento e vinte) dias.
15.	Apresentar, relatório técnico-fotográfico contendo a comprovação da destinação adequada do material lenhoso resultante do corte de árvores isoladas, processo SEI nº 2100.01.0033219/2023-52.	30 (trinta) dias após a conclusão da destinação.
16.	Apresentar relatório técnico fotográfico, com análise crítica, indicando o status de conservação das espécies <i>Handroanthus serratifolius</i> e <i>Caryocar brasiliense</i> remanescentes na ADA.	Anualmente.
17.	Comunicar o órgão ambiental a data de início da operação do empreendimento.	Em até 15 (quinze) dias antes do início da operação do empreendimento.
18.	Apresentar relatório técnico descritivo e fotográfico comprovando a realização da inspeção, limpeza e manutenção, quando necessário, dos sistemas de controle ambiental: a) Tratamento de efluentes líquidos (sanitários e oleosos); b) Central de armazenamento de resíduos; e c) Sistema de drenagem pluvial.	Anualmente.
19.	Apresentar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas (PRADA) para adequação das Reservas Legais do imóvel de Matrícula 1.017, considerando a retirada de espécies exóticas e realização do enriquecimento florestal com espécies nativas, além de recuperação das áreas com presença de alteração.	60 (sessenta) dias.
20.	Executar e apresentar relatórios técnicos com periodicidade anual, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, com análise crítica comprovando as ações propostas no PRADA da Reserva Legal do imóvel de Matrícula 1.017.	Durante a vigência da licença.
21.	Apresentar cópia do protocolo do processo de compensação ambiental perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF nº 55/2012 e Portaria IEF nº 77/2020.	120 (cento e vinte) dias.
22.	Apresentar cópia do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA firmado perante o IEF e assinado, em conformidade com a Lei 9.985/2000, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF nº 55/2012 e Portaria IEF nº 77/2020.	12 (doze) meses.
23.	Apresentar comprovante de quitação referente ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA firmado perante o IEF, em conformidade com a Lei 9.985/2000, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF nº 55/2012 e Portaria IEF nº 77/2020.	24 (vinte e quatro) meses.

24.	Apresentar comprovação do pagamento da Taxa de Reposição Florestal, correspondente à 958,13.	30 (trinta) dias.
25.	Apresentar o CAR retificado e unificado, referentes às Matrículas de nº 1.017 e nº 18.475.	180 (cento e oitenta) dias.
26.	Apresentar cópias atualizadas das Matrículas dos imóveis nº 18.475 e nº 1.017, demonstrando a averbação do Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal.	180 (cento e oitenta) dias.

12. OBSERVAÇÃO

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Ferreira Rezende Delfim**, **Diretor**, em 28/05/2025, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **114431884** e o código CRC **2E64EE85**.